



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL N.º 01/2025

Teste seletivo para ingresso ao quadro de estágio de graduação em Direito no Ministério Público do Estado do Paraná.

O Promotor de Justiça, Dr. **LUCIANO MATHEUS RAHAL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo nº 19.19.2302.0027445/2025-29, resolve **TORNAR PÚBLICO** o presente edital que estabelece as instruções destinadas à seleção e admissão de estagiário de **GRADUAÇÃO EM DIREITO** para atuar junto à 2ª Promotoria de Justiça de Campo Mourão:

1. DAS VAGAS

O processo de seleção regulado por este Edital se destina ao preenchimento de 1 vaga para Estágio de Graduação em Direito existente na 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Mourão/PR, assim como a formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 6.6 deste Edital.

1.1. Ficam reservadas aos negros 30% (trinta por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Resolução PGJ 4171/2016.

1.2. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.

1.3. A reserva de vagas dos itens 1.1 e 1.2 será aplicada considerando-se a hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e a formação de cadastro de reserva.

1.4. Na hipótese de desistência de candidato com deficiência ou negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato da respectiva cota classificado na posição imediatamente posterior.



1.5. As vagas que eventualmente não forem preenchidas pelos candidatos descritos nos itens 1.1 e 1.2 serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.

1.6. O cadastro de reserva poderá, a critério exclusivamente do MPPR, ser utilizado por outras unidades/promotorias. O candidato poderá optar em aceitar a vaga da outra unidade ou permanecer no cadastro de reserva.

2. DA BOLSA AUXÍLIO

O candidato aprovado fará jus à bolsa no valor de **R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)** e auxílio-transporte no valor de **R\$ 264,00 (duzentos e sessenta e quatro)** reais mensais.

3. DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO

3.1. Para ser admitido como estagiário de graduação, o interessado deverá:

3.1.1. Ser estudante do curso de graduação em direito e estar regularmente matriculado, em 2026, a partir do 3º ano ou 5º período de Direito.

3.1.2. Ter disponibilidade de 4 (quatro) horas diárias, de segunda a sexta-feira no período vespertino.

3.1.3. Ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;

3.1.4. Não ter exercido, anteriormente, o total de dois anos de atividade de estágio de graduação em Direito no âmbito do MPPR.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições serão realizadas no período de **10.11.2025 a 02.12.2025**.

4.2. Para requerer sua inscrição, o (a) candidato (a) deverá encaminhar o pedido para o e-mail campomourao.2prom@mppr.mp.br com o assunto **"INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO DE GRADUAÇÃO"**, informando:

a) nome completo;

b) data de nascimento;



- c) número de documento de identidade (cujo original deverá ser apresentado para a realização da prova);
- d) endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato;
- e) instituição de ensino e curso em que está matriculado;

4.3. O pedido de inscrição encaminhado sem a devida observância de algum dos itens elencados acima será desconsiderado.

4.4. Para a solução de qualquer dúvida ou problema na inscrição, o (a) candidato (a) deverá entrar em contato pelo telefone (44) 98832-5556, ou via e-mail supracitado.

4.5. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail e telefone atualizados, para viabilizar os contatos necessários.

4.6. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame e do Regulamento de Estágios do MPPR.

4.7. A constatação, em qualquer época, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5. DA(S) DATA(S) E LOCAL(IS) DE PROVA

5.1. A prova escrita será aplicada no dia **04/12/2025 (quinta-feira)**, no Centro Universitário Integrado, situado na Avenida Irmãos Pereira, nº. 670, Campo Mourão-PR, na sala B7, das 09h00 às 12h00 horas.

5.2. A entrevista será realizada em **dia e horário a ser agendado oportunamente com os candidatos classificados**, de forma presencial no gabinete do Promotor Justiça da 2ª Promotoria de Justiça Campo Mourão, situado na Avenida José Custódio de Oliveira, nº 1065, 2º andar – Edifício do Fórum, Campo Mourão.

5.3. O candidato deverá comparecer ao local previsto com no **mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência**, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.



5.4. Durante a realização da prova, proceder-se-á à identificação civil dos candidatos, mediante a verificação do documento de identidade e a coleta da assinatura.

5.5. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:

5.5.1. Não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;

5.5.2. Que se apresentar após o horário indicado para início da prova.

5.6. Será excluído do exame o candidato que:

5.6.1. Se negar a ser identificado, nos termos do item 5.4;

5.6.2. Se identificar na folha de respostas;

5.6.3. Se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;

5.6.4. For colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;

5.6.5. Estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.

5.6.6. Desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

6. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

6.1. O processo seletivo será composto por:

6.1.1. Uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas/discursivas, envolvendo os seguintes temas:

DIREITO PENAL: CÓDIGO PENAL. LEI Nº. 11.343/06. LEI Nº. 10.826/03. LEI Nº. 8.072/90. LEI 11.340/06. LEI Nº 14.344/2022.

DIREITO PROCESSUAL PENAL: CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

DIREITO CIVIL – PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL (artigos 1º a 232),



PARTE ESPECIAL: LIVRO IV – DO CÓDIGO CIVIL – DO DIREITO DE FAMÍLIA (artigos 1.511 a 1.783).

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº. 8.069/90.

LEI Nº 12.594/2012 (LEI DO SINASE).

LEI Nº 12.318/2010 (LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LGPD) – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.

6.1.2. Entrevista, de caráter classificatório, com a este agente ministerial ou pessoa indicada por este, em dia e horário a ser informado oportunidade aos candidatos classificados;

6.2. Será atribuída à prova teórica a nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

6.3. Será atribuída à entrevista a nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

6.4. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (cinquenta por cento) dos pontos na prova escrita ou na entrevista.

6.5. A nota final será a média aritmética das notas da prova e da entrevista.

6.6. Serão aprovados para a etapa da entrevista pessoal somente os candidatos que obtiverem as 5 maiores notas na prova escrita, desde que atingida a nota mínima de corte (6 pontos).

6.7. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

6.8. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato matriculado nos anos mais iniciais do curso. Permanecendo o empate, a preferência será do candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

6.9. O resultado do processo de seleção será divulgado no site da Escola Superior do MPPR.

6.10. O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo e-mail campomourao.2prom@mppr.mp.br.



7. DA CONVOCAÇÃO

7.1. O candidato classificado será convocado, observando-se a ordem de classificação, conforme disposto no item 6 deste Edital.

7.2. A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição, ou por *Whatsapp*.

7.3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar do chamamento para se manifestar, podendo:

- a)** aceitar a vaga ofertada;
- b)** desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
- c)** solicitar seu reposicionamento para o final da lista de aprovados.

7.4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

7.5. A desistência tratada no item 7.3.b é irretratável.

7.6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 7.3.

7.7. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da convocação no endereço especificado munido dos documentos pertinentes.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Este Edital e o Regulamento de Estágios do MPPR ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo e na página da Divisão de Estágios do MPPR em <https://escolasuperior.mppr.mp.br/estagios>

8.2. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

8.3. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página eletrônica da Divisão de Estágios do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da página <https://escolasuperior.mppr.mp.br/estagios>, seção “Quero estagiar”, “Vagas



disponíveis”.

8.4. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes sobre Residência do MPPR e este Edital.

8.5. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado do Paraná.

8.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo Coordenador-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Paraná.

Campo Mourão, 7 de novembro de 2025.

LUCIANO MATHEUS RAHAL

Promotor de Justiça